

Os feminismos de Mariza Corrêa*

Maria Lygia Quartim de Moraes**

Resumo

Mariza Côrrea, como a seleção de textos com os quais apresento algumas das dimensões de seus feminismos pretende comprovar, alargou as perspectivas de análise da antropologia e do próprio feminismo. A profundidade de sua visão e abrangência de seus temas de interesse, sua incrível perspicácia e capacidade de aprofundamento das questões fazem dela uma leitura obrigatória. Extremamente sensível às complexas estruturas dos sistemas de dominação e suas estratégias, Mariza sempre foi alerta com respeito a quaisquer formas de biologização das diferenças sociais em nome do racismo, do machismo e da homofobia. Sua compreensão de que o feminismo deveria ser uma ação militante e não a cristalização das mulheres no papel de vítima indefesa; sua enorme capacidade de leitura e sua criatividade fizeram dela uma interlocutora privilegiada.

Palavras-chave: Feminismos, Militância, Estudos de Gênero.

* Recebido em 28 de abril de 2018, aceito em 25 de outubro de 2018.

** Professora do Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, Brasil. maria_quartim@uol.com.br

<http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800540005>



The Feminisms of Mariza Corrêa

Abstract

Mariza Côrrea broadened the perspectives of anthropological analysis and of feminism itself, as the selection of articles with which I present some of the dimensions of her feminisms intends to reveal. The depth of her vision and scope of her themes of interest, her incredible insight and capacity to deepen issues, have made her work required reading. Extremely sensitive to the complex structures of the systems of domination and their strategies, Mariza was always alert towards any forms of biologicalization of social differences in the name of racism, machismo and homophobia. Her understanding that feminism should be a militant action and not the crystallization of women in the role of helpless victims; her enormous capacity for reading and her creativity made her a special interlocutor.

Keywords: Feminisms, Militancy, Gender Studies.

Um ponto de vista pessoal

Escrever sobre os feminismos de Mariza não deixa de ser uma maneira de apresentar as questões, dilemas e conquistas da geração 1970 de feministas brasileiras. Neste sentido, muito do que será descrito a seguir constitui um exemplo das trajetórias de lutas, do esforço teórico para dar conta do “ser mulher” de muitas de nós, que a acompanhamos nessas últimas quatro décadas. E fazendo uma analogia com “os inventores” do Brasil, acredito que Carmen Barroso, Ruth Escobar e Mariza Corrêa foram algumas das inventoras de um Brasil feminista.

Graças à Carmen Barroso, a Fundação Ford financiou projetos de pesquisas, livros, publicações e atividades em torno do tema da mulher. Foi a atuação corajosa de Carmen na Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI da Mulher, no Congresso Nacional, em 1975, Ano Internacional da Mulher, com o apoio da ONU e seu empenho pessoal junto à Fundação Ford que ajudaram a viabilizar e “institucionalizar” a Mulher como tema de pesquisa. Carmen era professora na USP e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, um local de apoio e acolhimento para muitas de nós, criando um espaço alternativo de discussão teórica dada a paralisia mental que tinha acometido a USP após a brutal repressão que sofreram muitos de seus professores e alunos que se opunham à ditadura militar.

Ruth Escobar foi um dos baluartes de todas as lutas progressistas, transformando seu teatro num espaço de inovação e criação artísticas, bem como de reunião e ação política. Generosa, inventiva e muito corajosa, sacudiu a carece do teatro, da política e soube utilizar a arte como instrumento de protesto com enorme criatividade. As passeatas com matracas para denunciar a morte das mulheres, os festivais de teatro e o extraordinário Festival Internacional de Mulheres nas Artes de 1982, com uma programação que ocupou a cidade por uma semana, são alguns de seus feitos.

Mariza Côrrea, como a seleção de textos com os quais apresento algumas das dimensões de seus feminismos pretende

comprovar, alargou as perspectivas da antropologia e do feminismo como perspectiva de análise feminista. A profundidade de sua visão e abrangência de seus temas de interesse, sua incrível perspicácia e capacidade de aprofundamento das questões fazem dela uma leitura obrigatória. Extremamente sensível às complexas estruturas dos sistemas de dominação e suas estratégias, Mariza sempre foi alerta com respeito a quaisquer formas de biologização das diferenças sociais em nome do racismo, do machismo, da homofobia e assim por diante. O tema da sexualização da mulher negra (e da ambígua brancura do nosso protótipo norte-americano na figura da portuguesa Carmen Miranda e seu turbante estilizado de baiana loira); sua compreensão de que o feminismo deveria ser uma ação militante e não a cristalização das mulheres no papel de vítima indefesa; sua enorme capacidade de leitura e sua criatividade fizeram dela uma interlocutora privilegiada.

Guita Debert, sua colega no departamento de Antropologia e também pesquisadora do Pagu, afirmou que as conversas com Mariza sempre faziam a gente entender ou pensar algo novo. A pessoa saía enriquecida. Porque ela recusava os esquemas prontos e as conclusões apressadas. Como antropóloga, Mariza conhecia a plasticidade do ser humano e a diversidade das culturas, das concepções sobre gênero, filiação, e dos usos dos corpos próprios a cada sociedade. Mas não adotava uma posição neutra, de fora, respeitando as mutilações impostas aos corpos das crianças em nome da tradição cultural. Ao contrário, quando comentei do meu encanto numa viagem ao Egito, em que prestei mais atenção ao passado dos tempos faraônicos do que às consequências da islamização, Mariza comentou simplesmente: não visito países em que a maioria das mulheres é infibulada. Levei um choque porque não me dera conta do fato. O problema não é somente a reclusão da mulher ao espaço doméstico, os abusos masculinos, etc. O problema é que essas são sociedades de mulheres mutiladas. Sexualmente mutiladas. E foi seu categórico repúdio em deixar tamanha barbaridade escondida, não falada,

que me convenceu de que sou radicalmente contra o relativismo cultural que vira os olhos para o outro lado.

A jornalista feminista

Em 1993, por ocasião do primeiro número da revista *cadernos pagu*, já havia se processado o deslocamento acadêmico do feminismo para o gênero, assim como anteriormente o vocábulo feminismo dos anos 1980 suplantara a expressão estudos de mulheres dos anos 1970. A revista nascera do Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp e coube à Mariza Corrêa escrever um artigo sobre a patrona do grupo e da revista, Patrícia Galvão, a Pagu.

A propósito de Pagu tem como argumento principal a participação das mulheres escritoras e artistas no movimento modernista e como esse fato fora camuflado, negado mesmo. Mariza cita dois exemplos para mostrar a importância decisiva da produção de mulheres no caso do modernismo brasileiro: Tarsila do Amaral, nas artes plásticas, e Pagu, na literatura. Publicado em 1933, *Parque Industrial* apresenta a principal característica da linguagem da literatura chamada moderna, que é “uma invenção da linguagem”:

A linguagem de *Parque Industrial* não é difícil, mas é inusitada. Quem quer que tivesse lido o que se publicava antes no país havia de ficar chocado pelo modo direto com que se expressava a autora. Deixando de lado o panfletarismo (...), são os detalhes, como pinceladas de um largo painel, que chamam a atenção do leitor de hoje, como se texto fosse a pintura das entranhas de *São Paulo – 135831* – tão rápida e parcial como a tela de Tarsila em instantâneo (Corrêa, 1993:14-15).

É difícil não estabelecer um paralelo entre o desejo de Mariza de ser uma escritora de ficção e o tema da escrita modernista em Pagu. Em uma entrevista à ANPOCS em que narra

sua trajetória¹, Mariza conta que se formou em jornalismo seguindo um conselho de um professor a que confidenciara querer ser escritora. Ela narra sua primeira experiência profissional, ainda em Porto Alegre, sua cidade natal, experiência rica dado que a redação concentrava muita gente talentosa, como Tarso de Castro (fundador do *Pasquim*); Marco Aurélio Garcia (professor da Unicamp e secretário especial do governo Lula e primeiro governo Dilma); Marco Faerman, (editor do *Versus*), entre outros. Ela era repórter local, única mulher na redação. E foi ela que escreveu o artigo denunciando a mão da ditadura no caso do sargento preso como subversivo e cujo cadáver tinha as mãos amarradas, no ano de 1966.

Em 1968, quando foi criada sob o comando do jornalista Mino Carta, a revista *Veja* da Editora Abril inovou na forma de recrutar seus jornalistas: abriu um concurso nacional e foi por essa forma democrática que Mariza ganhou o posto e mudou-se para São Paulo, cidade que amava. Entre suas reportagens nesse período, destaca-se uma entrevista com o ex-presidente Jânio Quadros, cujos direitos políticos tinham sido cassados pela ditadura. As perseguições políticas da ditadura a levaram, junto com o sociólogo Plínio Dentzien, que ganhara uma bolsa, a refugiar-se em Michigan, EUA, onde permaneceram por dois anos. Aproveitou a oportunidade para cursar disciplinas ligadas à teoria literária, sempre com o projeto de dedicar-se à escrita. De volta a São Paulo, pensou fazer uma pós-graduação em literatura com Antonio Cândido. O amigo Marcos Faerman a dissuadiu, dizendo que o professor não costumava orientar jornalistas.

Estamos no ano de 1976. Marcos alugava uma casa na rua Capote Valente que servia como sede da revista *Versus* e de muitas outras publicações da chamada imprensa alternativa. E no porão da dita casa, por especial cortesia da turma do *Versus*, um grupo de mulheres, a maior parte jovens de classe média, reunia-

¹ CA 02 – Conversa com a autora: Mariza Corrêa (Unicamp) realizada no 30º Encontro Anual da Anpocs – 2006 [https://www.youtube.com/watch?v=3llejOXalD0 – acesso em 27 fev. 2018].

se em torno do projeto comum de produzir um jornal feminista. Segundo Mariza, o mesmo Marcos comentou com ela que “as meninas não tinham uma jornalista responsável” – e foi assim que ela se tornou a jornalista da primeira publicação que se afirmava feminista no país: o *Nós Mulheres*, em 1976.

Mariza, no artigo “Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal” (Corrêa, 2001), acentua uma das principais características do feminismo contemporâneo, este que se desenvolveu na década dos anos 1970, que foi estar “intimamente vinculado com outros movimentos sociais da época: movimentos populares que desde a luta por moradia, passando por melhores condições de vida (...) até a luta pela criação de creches nas fábricas e universidades” (Corrêa, 2001:14-15) É interessante observar que os movimentos populares foram em geral organizados e dirigidos por mulheres, mostrando a relação entre o potencial contestatário desses movimentos e sua dimensão de questões do dia-a-dia. Ademais, as feministas também estavam presentes nos movimentos políticos, “aí incluídos os movimentos pela anistia aos presos políticos, pela luta contra o racismo, pelos direitos à terra dos grupos indígenas do país e o movimento dos homossexuais (Corrêa, 2001:15).

Segundo Mariza, não é fácil traçar um perfil muito específico das feministas da época, pois incluíam tanto atrizes como Ruth Escobar, como professoras universitárias, e estudantes, ou ainda sindicalistas, jornalistas, ativistas dos movimentos populares, entre outros segmentos.

Comentando a trajetória do jornal *Nós Mulheres*, Mariza aponta sua relativamente pequena duração (1976-78) e as dificuldades do grupo, dado que todo o trabalho era voluntário, mas que muitas de suas participantes reencontraram-se depois no espaço de outras instituições, sendo a Fundação Carlos Chagas, de pesquisa, a mais importante de todas. A Fundação foi uma importante aglutinadora de pesquisadoras feministas, reunidas no Departamento de Pesquisas Educacionais, sob a direção da cientista social Carmen Barroso e com o decisivo apoio financeiro da Fundação Ford. Em 1978, foi criado um programa de bolsas de

pesquisas aberto a todas e todos os pesquisadores, tendo como uma única exigência que o projeto fosse sobre o tema mulher. Não havia necessidade de estar vinculado a universidades e poderia ser uma proposta coletiva.

Sem dúvida foi o ativismo feminista que despertara o interesse da Fundação Ford e posso dar meu testemunho pessoal, já que o pacote de financiamento da Ford incluía também o fortalecimento da militância. Outra agência internacional, NOVIP,² financiou por anos o trabalho de base de militantes da Associação de Mulheres, composta por feministas que saíram do jornal *Nós Mulheres* para se dedicarem exclusivamente ao trabalho político com mulheres dos movimentos populares.

Uma pequena introdução aos anos 1980

Após os anos de chumbo da ditadura militar, a década dos anos 1980 foi a luz no final do túnel. A oposição se diversificara: a saída de número ponderável de jornalistas e apoiadores do jornal *Movimento* (que, por sua vez, era uma espécie de dissidência do jornal *Opinião*) e a criação do jornal *Em Tempo*; a anistia de 1979 e o retorno dos exilados, cassados e expulsos; o próprio crescimento do movimento popular (especialmente aquele coordenado por mulheres, como os clubes de mães, movimento contra o custo de vida e a luta por creches), o ativismo dos metalúrgicos e a reorganização partidária, com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), são alguns dos indicadores das profundas mudanças no cenário político do país. No texto em que desenvolve a tese da importância da imprensa alternativa na luta política contra a ditadura militar, Maria Paula de Nascimento Araújo (2004:172) destaca a presença ativa dos jornais feministas. A autora comenta que o jornal *Em Tempo*, “pressionado pela imprensa feminista, de grande vigor na época”, realizou a cobertura de encontros sindicais de mulheres em 1978 e, em

² Oxfam Novib é uma agência humanitária holandesa que financia projetos de combate à desigualdade social [<https://www.oxfam.org/>].

matéria de página inteira, destacou “como organizar as mulheres”, dialogando com os principais jornais feministas da época: *Brasil Mulher e Nós Mulheres*.

Como se aconteceu, o próprio potencial político do movimento de mulheres em São Paulo provocou uma nova fase de disputas políticas entre as diferentes correntes da esquerda (entre outras, MR8, PC do B) em oposição às feministas independentes. Ao mesmo tempo, os grupos e mulheres que se autointitulavam feministas passam a constituir um novo campo de força dentro dos movimentos sociais. Organizam em São Paulo o *1º Congresso Feminista*, em Valinhos em 1980, ocasião em que a bandeira da violência contra a mulher é a que une os diferentes grupos (nessa reunião, em que eu estava presente, muitas lésbicas deixaram claro que, para elas, a legalização do aborto era uma questão secundária, dizendo que este era um problema que não lhes dizia respeito). Paulatinamente, o feminismo político dos anos 1970 foi sendo substituído por uma nova geração de feministas lésbicas que privilegiavam a questão da violência contra a mulher, dando origem ao SOS-Mulher.³

A década dos anos 1980 também conheceu uma proliferação dos núcleos de estudos de mulheres e a paulatina introdução da designação estudos de gênero. Em 1980, foi criado o pioneiro Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM) na PUC do Rio de Janeiro; em 1981, foi a vez do Núcleo de Estudos e Informações sobre a Mulher (NEDIM) na Universidade Federal do Ceará; em 1983, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), na UFBA; em 1984, um núcleo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; em 1984, o Núcleo Interdisciplinar

³ Ao mesmo tempo, os conselhos da condição feminina foram perdendo sua autonomia e se transformando em órgãos diretamente subordinados às políticas do governador em exercício o que, via de regra, significou sua despolitização e perda de eficácia. A relativa despolitização do movimento correspondeu ao seu enquadramento às regras jurídicas e ao “mercado financiador” monopolizado pelas fundações Ford, Rockefeller e MacArthur frente a uma oferta cada vez maior de serviços para a mulher, transformando parcela das feministas em profissionais competentes de políticas sociais.

de Estudo sobre Gênero (NEG) na Universidade Federal de Santa Catarina (note-se que é o primeiro a incluir o termo gênero); e, no ano seguinte, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares de Gênero (NENGE) da USP.

Os anos do *Mulherio*

Conselho Editorial: Carmen Barroso, Carmen da Silva, Cristina Bruschini, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg, Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez, Maria Carneiro da Cunha, Maria Malta Campos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Pena, Marília de Andrade, Mariza Corrêa e Ruth Cardoso.⁴

Em 1981, o jornal *Mulherio* foi criado, com sede na Fundação Carlos Chagas e o apoio da Fundação Ford, o que possibilitou uma maior profissionalização de sua equipe e, em especial, a contratação de uma jornalista como editora responsável.⁵

O jornal foi principalmente uma proposta da Fúlvia Rosemberg, pesquisadora da fundação, cujos trabalhos sobre os preconceitos de gênero na educação infantil já eram uma referência na época. Dela foi a ideia do nome *Mulherio* e a concepção geral do jornal.⁶

⁴ Não posso deixar de notar que das 16 integrantes do Conselho Editorial somos apenas 6 as sobreviventes em 2018...

⁵ Mariza comenta que algumas mulheres do *Nós Mulheres* também participaram do Conselho Editorial do *Mulherio*, como ela própria e eu (que simplificar meu nome para Maria Moraes), ao lado da própria Carmen Barroso, Carmen da Silva, Cristina Bruschini, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg,

⁶ Entre 1978 e 1981, fui pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e acompanhei de muito perto todo o processo.

A comparação entre o conselho editorial do *Nós Mulheres*⁷ e o do *Mulherio* é reveladora da importância da fundação no processo de institucionalização do feminismo e dos estudos sobre a mulher. De fato, o Primeiro Concurso de Pesquisas de 1978 já aproximara acadêmicas de militantes ao conceder quatro bolsas para feministas do *Nós Mulheres* (Cida Aidar e Inês Castilho, que posteriormente foi editora do jornal *Mulherio*, puderam fazer seu documentário *Mulheres da Boca*; Solange Padilha e Lia Zatz sobre *Mulher e Trabalho*; Eliane Robert e Maria Luiza Jatobá sobre *As musas da música popular brasileira*, e o projeto que apresentei em parceria com Cynthia Sarti sobre *A imprensa feminina*).⁸ Também feministas e acadêmicas do Rio de Janeiro receberam bolsas, como Branca Moreira Alves e Jaqueline Pitanguí. E algumas pesquisadoras *seniors* como Heleieth Saffioti e Miriam Moreira Leite.

Como se observa, o Conselho Editorial do *Mulherio* reúne acadêmicas como Heleieth Saffioti, Eva Blay e Ruth Cardoso; jornalistas como Carmen da Silva, a grande pioneira com sua coluna *A Arte de ser Mulher* na revista *Claudia*, que inaugurou a era das revistas femininas da Editora Abril em 1961; as pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas de Pesquisa (Carmen Barroso, Fulvia Rosemberg e Maria Malta Campos) e somente duas pesquisadoras do antigo *Nós Mulheres*: Mariza Corrêa e eu mesma, ambas doutorandas: Mariza em Antropologia na Unicamp e eu em Ciência Política na USP.

No seu primeiro número, o zero, responde-se à questão Por que *Mulherio*? O editorial comenta toda a carga de preconceitos envolvidos na definição de mulher pelos dicionários, em contraposição às definições valorativas de homem, e afirma que,

⁷ Do qual também fui fundadora e participei até seu último número, quando consideramos que a publicação já tinha cumprido seu papel de instrumento de conscientização e nos tornamos um grupo de reflexão por mais alguns anos.

⁸ Os resultados da pesquisa foram publicados inicialmente na forma de artigos que compuseram o livro *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*, organizado por Fúlvia Rosemberg e Cristina Bruschini, publicado pela Editora Brasiliense em 1980.

sim, “nós vamos nos assumir como *Mulherio* e, em conjunto pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas”. E que a pauta do jornal e seus rumos são definidos pelo nosso Conselho Editorial, “composto por 16 mulheres que têm batalhado pela melhoria da condição feminina no Brasil, como profissionais e como militantes”.⁹

Mariza escreveu vários textos para o *Mulherio*¹⁰ e um dos primeiros foi uma nota que sintetiza seu feminismo, no repúdio ao cientificismo rasteiro e às mutilações no corpo das mulheres. “Em contraponto, *Capricho e Mulherio*”, na seção de comentários sobre a imprensa, ela ataca “a pseudoneutralidade que pode ser tão pernicioso como um preconceito”, referindo-se à resposta dada pela revista *Capricho* a uma leitora que afirma ter adiado o casamento por achar que tem o clítoris muito desenvolvido. “Ele é bastante desenvolvido”, explica a leitora, e “gostaria de saber se existe alguma operação que acabe com o problema”. A revista afirma que sim e que a leitora deve consultar seu ginecologista, mas que ela deve “ficar tranquila pois casos como o seu são muito frequentes”. Mariza então lamenta que a pergunta não tenha sido dirigida ao *Mulherio* pois então esta seria a resposta:

Sim, esta operação existe: ela foi inventada pelos médicos, no século passado, para “curar” as manifestações da sexualidade feminina que fossem consideradas desviantes dos rígidos padrões de comportamento impostos às mulheres daquela época. A masturbação era então apontada como causa de várias doenças e o orgasmo muitas vezes definido como uma doença em si mesmo. Ao descobrirem que o clítoris é uma região particularmente sensível do corpo da mulher, os médicos criaram no Ocidente a clitoridectomia, além de outras operações mutiladoras do corpo feminino. Masters & Johnson, em suas pesquisas a respeito da sexualidade, mostraram que a

⁹ *Mulherio* n. 0, março-abril de 1981.

¹⁰ Em <http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/historia.html>

remoção da extremidade do clítoris, que possui nervos ligados ao sistema nervoso geral do corpo, leva à perda da sensibilidade erótica da mulher e pode conduzir à frigidez nas relações sexuais. (...)

Assim, o que se acostuma chamar de “crescimento exagerado do clítoris” pode ser simplesmente uma tentativa de reduzir todas as mulheres a um mesmo padrão de conformação corporal. Pode ser também a expressão da confusão que a presença deste órgão feminino, tão parecido com o pênis mas tão diferente dele, causa na cabeça dos homens.¹¹

Mariza, na citada entrevista à Anpocs, destaca ainda o artigo “Bolero de Machão se canta na prisão”, a propósito do assassinato de Eliana de Gramont pelo cantor Lindomar Castilho, seu ex-marido. Diga-se de passagem que as feministas organizaram manifestações de rua exigindo a punição deste e outros feminicidas.¹²

Comentando a passagem do argumento jurídico da *legítima defesa da honra*, em nome do qual centenas de mulheres foram assassinadas impunemente por seus maridos, ex ou atuais, para a figura jurídica de homicídio privilegiado, Mariza diz que, não obstante o fato de considerar com benevolência o crime cometido “por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção”, essa passagem jurídica foi um passo importante na desconstrução da ideia de que a mulher é

¹¹ *Mulherio* nº1, maio/junho de 1981, p.14.

¹² Eliane de Grammont, 26 anos foi assassinada a tiros em São Paulo, no dia 30 de março de 1911, por seu ex-marido, Lindomar Castilho. No 4 de abril, após a missa, mais de mil mulheres percorreram o centro do cidade. Desde a igreja da Consolação até o cemitério do Araçá. O SOS-Mulher, principal entidade organizadora do protesto, recebeu vários telefonemas com ameaças até mesmo de explosão de bombas durante a marcha. Vestidas de negro, as manifestantes carregavam cartazes com os nomes dos dezenas de mulheres assassinadas nos dois anos anteriores. As faixas pediam justiça e denunciavam o silêncio como cúmplice. E repetiam: "Mulher não é propriedade", "Sem punição, mais mulheres morrerão", "Quem ama não mata".

propriedade do marido. Ela reconhece o avanço jurídico, mas é cética com respeito à melhoria das relações entre homens e mulheres. Ao contrário do que se poderia esperar, diz ela, a condenação inédita de um Lindomar Castilho ou um Doca Street não garante que essas relações melhorem, mas sim que vão, “provavelmente, ficar mais tensas daqui para a frente. Ou a tensão inerente a elas vai tornar-se mais clara”.¹³

Trinta anos após esse profético diagnóstico, a violência de gênero tem aumentado na medida em que as mulheres se tornam mais autossuficientes financeiramente, ocupam bares e baladas em que mulher desacompanhada antes não entrava, e fazem um uso mais livre de seu corpo. Como ponderou Lenin em conversa com Clara Zetkin: os homens têm privilégios e não vão abrir mão deles facilmente. O que ajuda a entender que, como adverte Mariza, “não só *as mulheres se organizam* para defender seus interesses” e que é a resposta a essa organização que estimula “certos interessados em que as coisas fiquem como estão a se mobilizarem também”.¹⁴

De fato, enquanto as reivindicações foram por direitos trabalhistas ou contra a violência, a pauta feminista era palatável e era possível desqualificar as feministas como sapatonas, feias, mal-amadas, etc. Mas quando as mulheres se sentiram mais fortes para reivindicar o direito ao prazer e assumiram uma atitude mais decidida na relação com os homens, as fantasias de castração masculina afloraram com violência. Uma coisa era a namorada tímida e a noiva virgem, outra bem diferente é uma parceira exigente. Afinal, para uma parcela ponderável de homens, o sexo é uma questão de poder (e não de foder simplesmente). O feminicídio no Brasil já é uma questão de saúde pública.

Ao mesmo tempo, nesse mesmo artigo, nossa autora apontava para o risco de que o Estado, ao assumir certas propostas dos movimentos, retome, “como dados fixos, conceitos que foram importantes num certo momento da luta das mulheres

¹³ Revista *Lua Nova*, 1986, p.29.

¹⁴ Idem, *ibidem*.

– e que estão mudando – como deixar de lado outras propostas”.¹⁵ Mariza está se referindo aos riscos da vitimização, da intensificação dos estereótipos de gênero. Já no livro *Os crimes da paixão*, pequena obra prima publicada na Coleção Primeiros Passos da Editora Brasiliense, em 1981, Mariza mostra como a maior indulgência do juiz com as mulheres que matavam seus maridos devia-se exatamente ao preconceito de que a mulher é mais levada pelo desatino, com menor sentimento moral. E o pior ainda é que as boas mulheres, que são perdoadas quando matam os maridos, são a contrapartida das “más” mulheres, as quais são por eles mortas. Em suas palavras:

É como se os jurados, reconhecendo sistematicamente às mulheres a condição de vítimas na relação com seus companheiros, decidissem que elas mataram para não ser mortas, reconhecendo assim o reverso do argumento utilizado no caso dos homens acusados. Isto é, que a boa esposa, tendo sofrido a sua dose de maus-tratos, tem direito à vida, ao passo que a má esposa, definida em primeiro lugar pela sua infidelidade ao marido, não tem esse direito (Corrêa, 1981:79).

A Antropologia na Unicamp e a antropóloga feminista

Os crimes da paixão discutia resultados das pesquisas realizadas por Mariza para sua dissertação de mestrado, na Unicamp. Evocando esses anos de seu mestrado, ela comenta que a mesma euforia participativa que estava nas ruas no final dos anos setenta, estava também na universidade. E a recém-fundada Unicamp foi um contraponto democrático ao clima de caça à bruxas da USP, especialmente depois da degola dos mais de 250 professores, em grande maioria catedráticos ou livre-docentes. Como a cátedra era vitalícia, o poder de um catedrático equivalia a de um pequeno senhor feudal que escolhesse seus servos e sucessores. Daí que derrubar um catedrático ajuda a sanear a

¹⁵ Revista *Lua Nova*, 1986, p. 30.

universidade dos elementos esquerdistas ou da esquerda radical – este foi o princípio que norteou as cassações de dezembro de 1968 e demoliu moralmente a Universidade de São Paulo. Mas, retornando o fio narrativo de Mariza, que comenta o fato de que muitos perseguidos políticos que se refugiaram na Europa puderam retornar à vida acadêmica. É preciso ser dito que Zeferino Vaz, o reitor da Unicamp, era amigo dos militares e chegou mesmo a ser interventor na Universidade de Brasília, por ocasião do golpe de 1964. Ao mesmo tempo, queria atrair os cientistas de várias áreas que se encontravam no exílio (como foi o caso do físico Rogério César Cerqueira Leite) e que garantiriam o alto padrão intelectual e científico que idealizava para a Unicamp.¹⁶

O contexto era assim favorável à discussão dos movimentos sociais que estavam presentes na sociedade mais abrangente e à discussão de ideias democráticas dentro das salas de aula. Foi nesse contexto que um grupo de alunas e professoras da área de Ciências Sociais criou um grupo de reflexão feminista, organizou três *Semanas da Mulher*, em 1978, 1979 e 1980, e partiu para a pesquisa com mulheres (Corrêa, 2001:20).

Em nota de rodapé, Mariza comenta que o primeiro nome do grupo foi “Coletivo Feminista”, nome inventado pela antropóloga espanhola Verena Stolcke e por ela mesma para noticiar na imprensa um debate sobre o tema. Mas o grupo depois se autointitulou de “Grupo Oito e meio”, porque eram oito mulheres e um homem.

A questão da violência contra a mulher, física e simbólica, é um tema permanente das pesquisas e dos escritos de Mariza, ao lado do tema do racismo e das práticas sociais que implicam formas de mutilação no corpo humano. “Como antropóloga, posso entender que sociedades pratiquem a infibulação feminina”,

¹⁶ Para maiores detalhes, consultar o relatório da Comissão da Verdade “Octavio Ianni” da Unicamp.

dizia ela, “mas, como feminista, sempre me oporei e denunciarei tais práticas”.

“A natureza imaginária do gênero na história da antropologia” é um texto híbrido em que a questão da nomeação (e da opressão masculina) é analisada do ponto de vista dos efeitos de gênero, vale dizer, enquanto práticas sociais concretas. Estabelecendo um paralelo entre os xavantes e os chineses, Mariza comenta:

Em inúmeras sociedades humanas, as mulheres parecem ser excluídas mesmo desse foco virtual, socialmente construído para alocar os agentes sociais, de certo modo, pondo em xeque a substancialidade dessa identidade (...). Na sociedade chinesa tradicional, como entre os Xavantes, os homens têm vários nomes, dados ou escolhidos ao longo de sua vida e que expressam a mudança de estado, de criança a adulto, a profissional realizado, a cidadão integrado em sua comunidade, e a pessoa a ser venerada depois de sua morte. As mulheres recebem um nome provisório ao nascer e o perdem ao casar – a partir daí serão referidas pela sua relação com outros, especialmente sua família (Corrêa, 1995:119).

Relendo esse texto de Mariza, me dei conta das enormes afinidades entre a antropologia e a perspectiva de gênero e o talento da autora em apontar, por meio das histórias das mulheres antropólogas casadas com antropólogos famosos, como os mecanismos sociais da nomeação naturalizam a matriz opressora que desqualifica e apaga a presença feminina. É a biologização das diferenças sociais, sob o manto da religião, da tradição ou qualquer outra justificativa. Mariza nunca foi marxista, mas com certeza não acharia descabido que eu cite uma feminista norte-americana que usou um texto do Marx contra a escravidão negra para estabelecer um paralelo interessante com a situação das mulheres. Marx, num texto sobre a escravidão, argumenta: “O que é um escravo negro? Um homem de raça negra. Uma explicação vale tanto quanto a outra. Um negro é um negro. Só

em determinadas relações sociais é que ele se torna escravo” (Marx *apud* Rubin, 2017:10). A feminista norte-americana Gayle Rubin, em artigo de 1975, analisava o sistema sexo-gênero, parafraseando Marx:

O que é uma mulher domesticada? Uma fêmea da espécie. Uma explicação vale tanto quanto a outra. Uma mulher é uma mulher. Ela só se transforma em mulher do lar, em esposa, em escrava, em coelhinha da Playboy, em prostituta, em ditafone humano, dentro de determinadas relações. Fora dessas relações, ela não é mais a auxiliar do homem, assim como o ouro em si não é dinheiro etc. Quais são, então, essas relações pelas quais uma mulher se torna uma mulher oprimida? (Rubin, 2017:10).

Entender esse feixe de relações e os impactos subjetivos de se viver em uma sociedade patriarcal, conservadora e machista foi o motor dos grupos de reflexão nos quais as mulheres falavam e eram ouvidas. A própria proposta de não mixidade dos grupos feministas dos anos 1960-70 levou em conta a evidência de que numa assembleia só os homens falavam. Para que as mulheres pudessem atuar na esfera pública, era necessário se preparar para o embate. Nessa direção, os identitarismos podem ser uma armadilha, como tão bem argumentou Antonio Flávio Pierucci (1999). No mesmo sentido, Mariza comenta:

Não é de estranhar – a descrição dos modos de ser de outras sociedades sempre fez com que acabássemos refletindo sobre nossos modos de ser e à percepção daquela falta/ausência poderíamos então, paradoxalmente, atribuir um ganho de termos de reflexão. Mas se os grupos de conscientização multiplicados pelo feminismo dos anos 60 ajudaram a reforçar uma identidade feminina, acentuando tudo o que havia de comum entre mulheres, percebeu-se em seguida que **a mulher** era uma identidade tão ilusória como qualquer outra.

Se a principal característica do mundo no qual vivemos hoje é a fragmentação das identidades e, portanto, a busca

por um substrato que lhe dê unidade está de antemão condenada ao fracasso, onde ancorar lutas afins? Porque é de lutas que se trata quando se trata de afirmar uma identidade. (...)

Dona Haraway, por exemplo, anotando as dificuldades das lutas feministas, propõe substituir a procura de uma **identidade** pela luta em torno de **afinidades** (Corrêa, 1995:121).

Em “Uma pequena voz pessoal”, Mariza retoma o tema dos limites dos identitarismos ao fazer o histórico da passagem dos estudos feministas para os estudos de gênero – que também padeceram, segundo ela, num primeiro momento,

de uma polarização entre **homens** e **mulheres**. A mesma essencialização que os estudos sobre raça exibiram, repetiu-se naqueles primeiros estudos, nos quais se enfocava, primariamente, a situação da **mulher** e, mesmo que os homens fossem vistos como o outro polo da comparação, ambos termos nunca eram postos **em relação** nas situações analisadas.

Concluindo – e agora utilizando os termos de nossa fala cotidiana – creio que é impossível tornar-se mulher na nossa sociedade, sem ter conhecimento do que significa torna-se homem, assim como creio que é impossível tornar-se negro, sem ter conhecimento do que significa tornar-se branco – e vice-versa. Creio que é no **cruzamento** dessas fronteiras, social e culturalmente construídas, e não na sua desconstrução que podemos encontrar personagens inesperados de nossa cena social (Corrêa, 1998:49).

Retornando ao texto “Do feminismo aos estudos de gênero”, em que Mariza descreve a importância da Unicamp na criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento de pesquisas sobre feminismo e homossexualidade:

a combinação da influência predominante na antropologia de Campinas, a da escola britânica, com a influencia teórica de Michel Foucault naqueles anos, aliada ao debate

constante com o incipiente campo de estudos que hoje se convencionou chamar de *queer's studies*, foi importante para **desnaturalizar** aquela distinção polarizadas e seus termos.

(...) Foi só recentemente que reconstruí essa história vivida nos primeiros anos da vida profissional: ao ler o artigo de Maria Luiza Heilborn, fazendo um balanço das pesquisas sobre feminismo no Brasil, me dei conta de que os primeiros nomes que ela cita são de quatro professoras de antropologia da Unicamp, duas delas então alunas, e presentes nas fotografias esmaecidas que guardamos da Semana da Mulher (Corrêa, 2001:21-22).

Numa nota de rodapé, ela identifica as duas professoras: ela mesma e Guita Grin Debert, e as duas alunas que se tornaram professoras: Maria Filomena Gregori e Heloisa Pontes, completando que todas elas fazem parte do grupo de pesquisadoras do Pagu e da área de “Família e Gênero” do Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp. Elizabeth Souza Lobo (que também participou do *Mulherio*), professora da USP, e Adriana Piscitelli, na época aluna de doutorado, foram grandes incentivadoras da criação do Pagu. E completa citando meu nome, lembrando que nos conhecemos em 1975 como participantes do *Nós Mulheres* e que a partir de 1993 ingressei como professora do Departamento de Sociologia da Unicamp.

Assim, muitas das feministas dos anos 1970 tornaram-se acadêmicas, abrindo espaço inicialmente para os estudos sobre mulher que aos poucos foram se transformando em estudo de gênero, à medida que os ensinamentos de Simone de Beauvoir eram revigorados pelo crescimentos dos feminismos entre as jovens e os aportes teóricos de Judith Butler.

A família em questão

Os trabalhos de Mariza sobre a família propiciaram significativas mudanças nas formulações dos chamados “inventores do Brasil”. Inicialmente, Mariza desconstrói a premissa

de que o modelo dominante de família, a dicotomia entre “casa grande & senzala”, seja a principal forma de organização familiar ao longo da história do Brasil (Corrêa, 1981a). Não somente o modelo das classes dominantes também tinha suas “anormalidades” como o fato de muitas mulheres serem as proprietárias da casa grande e, ainda, o quanto é um simplismo preconceituoso dizer que, fora esse tipo de família, o restante era uma amálgama promíscua. Utilizando acuradas fontes de historiadores, Mariza argumenta que as mulheres viviam mais tempo do que os homens e que essa sobrevida criava situações de poder familiar, bem como a existência de relações sexuais e uniões com negros, mulatos e hindus. Na verdade, os representantes da Coroa mesclavam-se, sim, com nativos e nativas da Colônia. Nunca é demais acentuar a complexidade das relações entre os gêneros, as classes e os poderes político e religioso; razão pela qual ela repudia a análise de que de um lado havia a família patriarcal e de outro a desorganização familiar, por assim dizer, lembrando que nos interstícios da empreitada colonial já havia núcleos familiares de menor tamanho. É nos dois últimos parágrafos do artigo que a passagem para uma outra sociologia da família se processa, privilegiando a pesquisa de campo, o trabalho etnográfico, uma escuta apurada das categorias êmicas:

Neste sentido, não podemos nem sequer imaginar a possibilidade de escrever a história, mas apenas sugerir a existência de um panorama mais rico, a coexistência, dentro do mesmo espaço social, de várias formas de organização familiar, a persistência desta tensão revelando-se, não naquela “quase maravilha de acomodação” que é para Gilberto Freyre o sistema da casa grande e da senzala, mas na constante invenção de maneiras de escapar ou melhor suportar aquela dominação.

Tão importante quanto o questionamento empírico e teórico (de que outras maneiras, sob que outros ângulos esta história poderia ser contada?) é o questionamento político (a que, ou quem, serve a versão assim contada?). Estas notas não pretendem apenas apontar para a

possibilidade da existência de formas concretas alternativas de organização familiar, mas, também, sugerir que assim como a família patriarcal instituiu, na prática, a marginalização de outras formas familiares, os autores da história da família brasileira vêm sistematicamente instituindo teoricamente essas possibilidades alternativas em formas marginais (Corrêa, 1981a:14).

O tema da família, *locus* privilegiado do ser mulher, entrou na pauta das feministas muito cedo. No Brasil, um dos espaços mais significativos de discussão do tema foi o Grupo de Trabalho, Família e Sociedade da ANPOCS, formado em 1978, mesmo ano de formação do GT “A Mulher na Força de Trabalho”. Mariza, em 1984, faz o balanço das circunstâncias de criação do GT Família e Sociedade, num texto em que um dos subtítulos é *Mulher e Família: Confluências* (Corrêa, 1984). Ela observa que “a partir de 1970, a mesma fragmentação que se pode notar na área de atuação feminista hoje, decorrente em parte da ampliação do movimento, pode ser também ser observado em relação às pesquisas a respeito da situação da mulher” (Corrêa, 1984:29). Especialmente interessante é a observação que faz dos limites da maior parte da produção teórica sobre a família, comentando o privilégio concedido ao tema da integração da mulher no mercado de trabalho com a conseqüente diluição “da importância dos laços familiares, tem não só tomado o trabalho o aspecto privilegiado das pesquisas realizadas nos últimos anos a respeito da situação da mulher, seja na família, seja fora dela” (Corrêa, 1984:36).

Assim, Mariza foi uma das primeiras a criticar o economicismo presente nas ciências sociais e a necessidade de uma ampliação dos horizontes de pesquisa sobre outras dimensões da vida familiar, para além das estratégias de sobrevivência ou a participação da mulher no mercado de trabalho. Mas alertava que o que se passava com o trabalho produtivo também ocorria no caso da sexualidade reprodutora, que ela chama da armadilha biológica: “uma e outra definem o âmbito da inclusão ou exclusão de outras modalidades de relacionamento sexual ou atividades sexuais, de algum modo

determinando os trabalhos de pesquisa e a própria discussão sobre o tema” (Corrêa, 1984:34).

Arlene Martinez Ricoldi (2017) apresentou uma interessante trajetória dos grupos de trabalho da Anpocs que prepararam o terreno e desembocaram no marcador teórico “gênero”. Utilizando dados de sua pesquisa e completando-as com minhas lembranças de participantes, eu reafirmaria a importância decisiva do GT Família e Sociedade na introdução e na discussão de temas relacionados a sexualidade, novos arranjos familiares, ademais dos temas clássicos das estratégias de sobrevivência, das mudanças nas “famílias rurais”, etc.

O GT Família e Sociedade também teve contribuição digna de nota à temática de gênero. Suas preocupações iniciais remetiam a uma perspectiva tradicional dos estudos de família (Fukui, 1980), área clássica na sociologia. Entre seus fundadores, Reginaldo Prandi, Heraldo Souto Maior, Parry Scott, mas também, Eva Blay, uma das pioneiras dos estudos sobre a Mulher no Brasil (Scott, 2006:304). Segundo Parry Scott, o grupo foi paulatinamente incorporando Gênero na sua denominação, com diversas pesquisadoras que se dedicaram à temática como organizadoras (tais como Cristina Bruschini, Maria Lygia Quartim de Moraes e Elizabeth Bilac), implicando em mudanças na sua orientação (Scott, 2006:304-305) (Ricoldi, 2017).

O feminismo de Virginia Woolf: afinidades eletivas

Feminist Letters (2011) é um texto em inglês publicado na *Vibrant*. Acredito ser um dos últimos trabalhos de Mariza, pois nem mesmo aparece no seu currículo Lattes cuja última alteração foi realizada em 2010. Mariza era uma admiradora e grande conhecedora da obra da grande escritora inglesa Virginia Woolf (1882-1941). Mas o artigo não procede a uma análise literária da obra de Virginia e sim de seu engajamento nas lutas das trabalhadoras inglesas. Mariza, no resumo do artigo, observa que a militância de Virginia não era do tipo de participar em passeatas

ou assinar manifestos. Por meio da correspondência de Virginia e de trechos do livro *Three Guineas*, ela explicita suas propostas feministas, informando que esse é um dos poucos – e não por coincidência – textos da escritora que não foram traduzidos para o português. Assim, Mariza tenta recuperar algumas das atividades que Virginia desenvolveu em favor da Liga Cooperativa de Mulheres, “estritamente vinculada à sua amizade com Margareth Llwyn Davies, uma figura ímpar no feminismo britânico e sua grande amiga”. Mariza nos conta que pai de Margareth Llwyn Davies (1861-1944) era um cristão socialista e defensor dos direitos das mulheres. Aos 25 anos, Margareth passou a ocupar a direção da *Women’s Co-Operative Guild* (WCG), fundada em 1883, onde permaneceu por 32 anos. Ela insistia que as mulheres não deveriam se limitar simplesmente a costurar e mudou o slogan da Liga, “Mulheres com uma cesta” para “A influência das mulheres começa em casa, ninguém pode dizer aonde termina”.

É preciso lembrar que entre a última década do século XIX e as primeiras décadas do século XX correu o crescimento sem paralelos de um poderoso movimento operário e a incorporação da mão de obra feminina às atividades fabris, nas piores condições e menores salários. É interessante observar que a questão de gênero se coloca desde o início, quer seja pelo fato das mulheres serem consideradas menos preparadas profissionalmente, quer seja pelas condições de trabalho, quer seja pela própria hostilidade dos operários que temiam a concorrência. As mulheres operárias eram as mais exploradas no sistema industrial, não recebiam formação profissional e tinham de aguentar o assédio dos capatazes.

Essa realidade levou com que muitas socialistas e comunistas priorizassem o trabalho político junto às operárias, especialmente no tocante à educação e às informações sobre vida sexual (dadas as epidemias de doenças venéreas, as condições insalubres de moradia e outras misérias sociais). Muitas das conquistas obtidas pelas mulheres no decorrer do século XX são o resultado da militância e da prática teórica de Clara Zetkin (1857-1933) e Alexandra Kollontai (1872-1952).

Expoentes do movimento comunista internacional, Clara e Alexandra dedicaram grande parte de suas vidas à causa socialista, tanto na criação dos partidos comunistas na Alemanha e na Rússia quanto, após a vitória da revolução bolchevique, à tarefa de construção de uma nova sociedade. Atuaram, ademais, na luta pela emancipação da mulher, escrevendo, debatendo, organizando trabalhadoras e socialistas nos movimentos de mulheres socialistas. Mas a grande organizadora do feminismo socialista foi Clara Zetkin, alemã, professora, jornalista e militante política. De todas as feministas socialistas, é ela quem dá prioridade à organização e à militância com as mulheres, fundando em 1890 a revista *Igualdade*, órgão do movimento feminino operário alemão. Participou ativamente da organização das primeiras associações operárias femininas e associações de mulheres socialistas que, posteriormente, se agrupariam numa federação (Kollontai, 1980:52). Em 1907, por ocasião da *1ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas*, Clara Zetkin foi co-autora de uma resolução (aprovada) em que se exigia “direito a voto; igualdade de oportunidades e de salários para igual trabalho e proteção social à mulher e à criança” (Kollontai, 1980:62).

Dado o fato de que a Inglaterra era a pátria de origem do capitalismo industrial, e a importância do movimento socialista e operário no período de vida de Virginia Woolf, sua militância feminista é homenageada no artigo de Mariza Corrêa, que destaca a sua enorme empatia com a sorte das mulheres trabalhadoras de seu tempo. Mariza, analisando o contexto da obra, destaca as raízes pacifistas e socialistas do feminismo inglês da primeira metade do século XX. Não apenas trazendo à luz a figura pouco conhecida de Margareth como também apontando a dimensão de classe da subordinação das mulheres inglesas das classes dominantes, sem acesso nem à instrução nem ao patrimônio familiar. Em uma das cartas, Virginia afirma que, paradoxalmente, as burguesas pouco contam quando se trata de uma oposição efetiva à guerra, dado que o texto foi escrito antes da I Guerra Mundial. O poder das trabalhadoras reside no fato de que são

uma força coletiva e isso afetará a vida do país ao passo que as burguesas donas de casa (por mais que sejam oprimidas) não se organizam enquanto um coletivo político. Ao mesmo tempo, consciente da importância da educação para as mulheres, e como a ignorância em que são mantidas as tornam também trabalhadoras superexploradas, participa ativamente dos encontros de mulheres promovidos pela Liga. Quando Virginia narra seu encontro com 12 operárias mães de família em que o assunto são as doenças venéreas, lembrei-me dos encontros que em que íamos discutir nosso jornal com as mulheres dos clubes de mães e que a maior parte delas queria falar de problemas sexuais. Encontros em Osasco, no final da década dos anos 1970. De fato, para além da especificidade da situação de cada uma de nós, para além das interseccionalidades, há o sentimento de empatia com a outra. Sem isso, as feministas não se tornam uma força coletiva, com poder de pressão.

Filhas de Simone de Beauvoir

Em 1999, o *cadernos pagu* publicou um primoroso dossiê sobre Simone de Beauvoir. A ideia inicial foi da Iara Beleli, pesquisadora do núcleo, tendo em vista os cinquenta anos de *O Segundo Sexo*. Mariza, que escreveu a apresentação do número, afirma ter pensado que “Simone não ia gostar”. Mas depois de ler seus escritos, entrevistas, fotos antigas, ela concordou que “essa senhora de fato merecia uma homenagem. O século está acabando e os feminismos deste século devem tudo, ou quase tudo, a ela” (Corrêa, 1999:7).

É cedo para avaliar a sua contribuição à literatura feminista ou de ficção – mas todas nós temos certeza sobre o impacto que essa literatura teve sobre nós e sobre o feminismo. Acho que ele está bem expresso num cartaz que recebemos da CIPAF, em comemoração ao dia da mulher, e que mostra uma menina negra, de costas, lavando louça, enquanto sobre ela passam vários símbolos das atividades masculinas na sociedade (*skates*, máquinas, aviões) e no

qual está escrito: “no la limites, ella es una una mujer del siglo XXI”. Creio que Simone teria gostado desse cartaz – tanto por ser do “terceiro mundo”, que, a partir de um certo momento de sua vida intelectual, passou a ocupar uma parte importante em seus escritos, quanto por ter como tema uma menina. A menina que ela foi, e que forjou a escritora é um tema que perpassa várias das contribuições: a menina bem comportada do título de seu livro quase mais famoso do que *O Segundo Sexo*, e que nos leva a refletir sobre as meninas e meninos de hoje (Corrêa, 1999:7-8).

Sim, Mariza, nos também achamos que Simone gostaria desse cartaz exigindo que não tentem limitar as mulheres do século XXI. Mas, infelizmente, isso ainda não ocorreu, e estamos atualmente, em escala mundial, vivendo um período de ataques aos direitos de gênero, assim como aos direitos trabalhistas e à laicidade em geral. Razão pela qual acho que você gostaria muito da irreverência da enorme manifestação das mulheres na Espanha, em março de 2018, e se divertiria com um cartaz em que estava escrito: *I can't believe we are still fighting for this shit* [Eu não acredito que ainda estamos lutando por essa merda]. Como não concordar? Afinal, passadas quatro décadas do ano internacional da mulher, e um centenário da revolução russa, nós mulheres ainda temos de lutar pela igualdade salarial? Contra o assédio e a violência de gênero? Mais ainda, lutar para nos integramos ao mercado de trabalho capitalista?

Essas são questões pertinentes, colocadas pelo filósofo Paul B. Preciado (ex Beatriz Paul Preciado) a propósito da citada greve. Ele, como Mariza, tem mostrado os limites e riscos das políticas identitárias. Em um trecho de seu artigo “La grève féministe, un mode de vie”, observa que “o sucesso da greve de 8 de março de 2018 mostra ao mesmo tempo a eficácia e os limites da luta identitária, porque: parece claro que não obstante as mulheres não existirem enquanto entidades naturais elas existem em tanto que sujeito oprimido da história”.

O problema é que não se trata de um sujeito único e monolítico. Porque existem mulheres que trabalham e outras não;

mulheres que empregam e mulheres que são empregadas, e assim por diante. A evidência de que cada caso é um caso levou ao uso por parte de algumas feministas da categoria interseccionalidade. O problema político da dita categoria reside em ignorar a dimensão de classe, o peso do capitalismo e dos donos do poder em geral, colocando-o como uma das variáveis entre outras. O identitarismo é primo irmão do nacionalismo que, por sua vez, é herdeiro da direita racista. O problema do feminismo identitário é igual ao das políticas identitárias gay ou lésbicas: suas reivindicações foram codificadas no interior da linguagem da democracia liberal e se inscrevem nos limites políticos e econômicos do livre mercado. Paul B. Preciado:

Enquanto nos manifestamos pelo direito de nos integramos plenamente à estrutura discriminadora da economia liberal, nossas energias revolucionárias permanecem cativas do imaginário dominante.¹⁷

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS, A.R., RIDENTI, M. e MOTTA, R.P.S. (orgs.) *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*, Bauru-SP, EDUSC, 2004.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. *Cadernos de Pesquisa* (37), São Paulo, Maio, 1981a.
- _____. *Os crimes da paixão*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981b.
- _____. Mulher & Política: um Debate sobre a Literatura Recente. *BIB*, nº 18, Rio de Janeiro, 2º Semestre 1984, pp.27/44.
- _____. A propósito de Pagu. *cadernos pagu* (1), Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1993.

¹⁷ La grève féministe, un mode de vie, *Libération*, http://www.liberation.fr/debats/2018/03/23/la-greve-feministe-un-mode-de-vie_1638450.

- _____. A natureza imaginária do gênero na história da antropologia *cadernos pagu* (5), Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1995.
- _____. Uma pequena voz pessoal. *cadernos pagu* (11), Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1998.
- _____. Apresentação ao dossiê Simone de Beauvoir e os feminismos do século XX. *cadernos pagu* (12), Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1999.
- _____. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal *cadernos pagu* (16), Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2001.
- _____. Feminist Letters. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, vol. 8, nº 2. Brasília, 2011 [<http://www.vibrant.org.br/issues/v8n2/mariza-correa-feminist-letters/>].
- KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografia de uma mulher emancipada*. São Paulo, Editora Proposta, 1980.
- PIERUCCI, Antonio Flavio. *Ciladas da diferença*. São Paulo, Editora 34, 1999.
- ROSENBERG, Fúlvia; BRUSCHINI, Cristina (org.) *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1980.
- RICOLDI, Arlene Martinez. Trabalho, Família e Política: Os estudos de gênero e os Grupos de Trabalho da Anpocs. *41º. Encontro Anual da ANPOCS - GT 13 Gênero, Trabalho e Família*, Caxambu-MG, 2017.
- RUBIN, Gayle *Políticas do Sexo*. São Paulo, UBU Editora, 2017 [Tradução: Jamile Pinheiro Dias].